

Pauta: Audiência pública, Metas Fiscais 2º quadrimestre de 2023

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): (10h30min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) Já são 10h30min; quero agradecer as presenças do Sr. Rodrigo Sartori Fantinel, secretário da Secretaria Municipal da Fazenda, que aceitou o nosso convite; do Sr. Jonas, secretário adjunto; do Sr. Bruno Breyer Caldas, secretário adjunto da Secretaria de Planejamento; do Sr. Vanderlei de Souza, contador-geral; do Sr. Teddy Biassusi, da Receita; do Sr. Urbano Schmitt, nosso diretor de captação da SMPAE. Muito bem, Urbano. Obrigada por vocês estarem aqui e por cumprirem o horário. Nós estamos aqui, eu e o Ver. Bosco, aguardando o Ver. Robaina, que avisou que está a caminho; do Ver. Ferronato, não tive notícias se ele está a caminho, normalmente, ele não falta. Bom, o edital dessa audiência pública foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre e no Jornal do Comércio. No Diário Oficial (Lê.): “Órgão de divulgação do Município - Ano XXVIII - Edição 7087 - Terça-feira, 5 de setembro, publicação na quarta-feira, 6 de setembro de 2023. Processo 008.00005/2023-30. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade Porto-Alegrense a realização da Audiência Pública para demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2023, em atendimento ao § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia 26/09/2023 (terça-feira), às 10h, na sala de reuniões nº 302, da Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 5 de setembro de 2023. VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER, Presidente.”

Esse foi o edital publicizado pelo Diário Oficial e pelo segundo caderno do Jornal do Comércio. Então, nós vamos abrir, levando em consideração que o Robaina já está na Casa e deve chegar em seguida, e nós vamos adiantando para ganharmos tempo. Tudo bem? Então, beleza. Eu vou passar em seguida, Fantinel, senão os secretários... E se sentir à vontade de nós começarmos sem a presença do nosso colega. Obrigada por estar aqui. Nós tentamos, ontem,

solicitar, por causa das chuvas que não nos dão trégua, a possibilidade de fazermos essa audiência *online*, mas o edital não nos permitia. Teria que ser presencialmente, então estamos aqui todos. Vamos lá.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Bom, bom dia a todas, bom dia a todos, a nossa ideia, Ver.^a Abigail, é fazer uma apresentação um pouco mais rápida da situação das finanças e aí, depois, abrir um espaço para perguntas.

(Procede-se à apresentação.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Como foi colocado ali no edital, é uma obrigação que a gente tem, disposta na Lei de Responsabilidade Fiscal, a gente traz aqui hoje o resultado orçamentário, depois nossos índices de aplicação em saúde, educação, despesa de pessoal, situação da dívida, precatórios, resultado primário nominal, resultado previdenciário e algumas notícias do quadrimestre para também deixar todo mundo ciente. Resultado orçamentário, ele compara todas as receitas que foram arrecadadas com a despesa que foi empenhada nos primeiros oito meses do ano. A gente tem um volume de receita então de R\$ 7,4 bilhões e despesa de R\$ 7,6 bilhões. Então a gente tem hoje um déficit orçamentário de aproximadamente R\$ 200 milhões, mas ele é bastante comum nessa época do ano isso, é uma sazonalidade nossa, e ao longo do último quadrimestre esse déficit acaba sendo compensado e acaba virando *superavit* no final do exercício. O que acontece com as despesas é que a maior parte das despesas é empenhada já no início do ano, então elas não continuam crescendo na mesma velocidade, mas as receitas sim, então as receitas acabam ultrapassando as despesas. Aqui a gente traz um histórico dos três últimos anos justamente para comprovar isso. Foram dois anos, 2021 e 2022, que nós fechamos com *superavit*, e 2023 está dentro do normal. O que a gente consegue verificar ali é que a receita do ano passado para esse ano teve um acréscimo de 8.6 % e a despesa muito próxima disso 8,7%, o que é o esperado, porque à medida que a gente tem a confirmação da entrada da receita, a gente vai

liberando também um volume maior de despesa para manter as finanças em equilíbrio. Detalhando um pouquinho as receitas, aqui a gente tem as receitas correntes da Prefeitura, receita de capital, receita intraorçamentária, as deduções, e aí a gente chega na receita total. O que a gente verifica é que as receitas correntes tiveram um crescimento de 9,6%, a gente destaca também o crescimento das receitas tributárias, de 16,1%; as receitas de serviço, 14,2% – e receita de serviço, aqui praticamente a arrecadação do DMAE; e outras receitas correntes ali também acabaram performando muito bem, que é o resultado das aplicações financeiras, pois como a gente tem uma Selic hoje bastante alta, a gente acaba tendo uma receita um pouco acima do que a gente tinha no ano passado. Os nossos impostos municipais. A gente consegue observar que o ISS continua performando muito bem, ele tem um crescimento de 10,4% em comparação ao ano anterior. O IPTU tem 30,8%. Não é que o IPTU cresceu 30,8%, mas é que, no ano de 2023, a gente teve um ajuste no calendário do IPTU. Antes, a gente fazia a antecipação, então parte da receita entrava em dezembro e parte entrava em janeiro. Agora, em 2023, a gente lançou o IPTU só no mês de janeiro, então toda a receita acabou se concentrando em 2023. É por isso que a gente faz aquela comparação ali, e o número está tão alto. E o ITBI tem uma perda de arrecadação também muito contaminada pela alta taxa de juros, o que impossibilita ou deixa mais caro os financiamentos de imóveis, e aí, conseqüentemente, o ITBI tem sofrido. Mas o total dos impostos tem dois indicadores que são interessantes: o primeiro é que eles estão crescendo 15% em relação ao ano passado, o que é bom; e o segundo é que a participação deles na nossa Receita Corrente Líquida vem aumentando anualmente. Com isso, a gente consegue observar uma maior autonomia do Município e a gente não fica tão dependente de outras receitas. Obviamente, esse número de participação ali embaixo, quanto maior for, significa que mais autonomia a gente tem; a gente depende somente dos nossos tributos próprios. Aqui são as principais transferências correntes, aquilo que a gente recebe da União e o que a gente recebe dos estados. A gente tem um decréscimo no FPM ali de 3,1%. Nós temos um aumento aqui que nos ajuda bastante em relação à questão dos

recursos que vem para o SUS, para a saúde, de 7,2%. O ICMS, que é o nosso maior problema nos últimos anos já, e aí vem se agravando, porque, cada vez mais, as indústrias saem do município de Porto Alegre. Por outro lado, a gente acaba ganhando no ISS, que a gente vira, cada vez mais, uma capital de serviços. Então, a gente teve um decréscimo do ICMS em função, também, da questão da redução da alíquota dos combustíveis, de energia elétrica, que começou a ser compensado pelo governo, no Estado, no mês de julho. Só que, até o momento, na compensação, nós recebemos somente R\$ 6 milhões. Então, ainda está muito longe de terem compensadas as perdas do ano passado, mas, pelo menos, esse movimento de compensação teve início. E o IPVA, também, performou bem; ali tem um crescimento de 10%. Mas, se nós pegarmos ali as transferências do Estado no global, a gente tem um decréscimo de 6,3%, o que é um indicativo importante a que a gente tem que ter atenção, porque, ainda que não seja hoje, nossas principais receitas são receitas super-relevantes para o Município. Se a gente fizer a comparação ali de 2022 para 2023, a gente observa que tem quase R\$ 60 milhões a menos de recursos que foram repassados para o Município. Olhando um pouquinho da despesa, agora... Aqui a gente tem o quadro total das despesas da Prefeitura. A gente tem algumas setinhas que a gente colocou ali para destaque. Outras despesas correntes, isso é um gasto importante para o Município, porque, à medida que a gente aumenta gastos correntes em saúde, em educação, *etc.*, acaba crescendo aquele número ali. Então, vamos dizer assim, é uma despesa boa, a gente tem que cuidar só que ela não fique centralizada nas áreas meio e sim centralizada nas áreas fins, é isso que a gente tem feito. A amortização da dívida também teve um incremento ali, a gente acabou, nesse ano, quitando um dos financiamentos que nós tínhamos com o Banco do Brasil que tinha uma taxa de juros muito alta. Então acabou empurrando aquilo ali um pouquinho para cima. E as inversões financeiras é basicamente o aporte capital que a gente fazia na Carris, que esse ano não foi necessário, então a gente tem zeradas ali, vamos dizer assim, as inversões financeiras e o total da nossa despesa e uma variação de 8.7 %.

Aqui as despesas por função, a apresentação está um pouquinho cortada, e ali embaixo tinha mais uma linha com o total, mas a gente observa que as maiores despesas da Prefeitura continuam sendo saúde, previdência, saneamento e educação, são as despesas que têm valores superiores a R\$ 1 bilhão. A gente também tem variações importantes aqui no transporte, se acaba investindo mais dinheiro para manter o transporte público hoje; eu acho que isso é de conhecimento de todos. E uma variação expressiva também ali na habitação, que é uma necessidade da cidade. A gente tem direcionado mais recursos ali para essa área.

O nosso gasto com saúde, até o momento a gente tem é 17,2 %, a gente está gastando num patamar acima dos anos anteriores, e a projeção atual para o final do exercício é fechar em 21.7, que é um percentual bastante significativo, considerando que o nosso mínimo seria de 15 %. A gente vai ser obrigado a colocar 21.7 % para saúde por “n” razões, primeiro que saúde está cada vez mais cara, os nossos contratos são cada vez mais altos, e a questão da tabela do SUS não ser reajustada há anos acaba necessitando que a gente coloque muito subsídio municipal para os hospitais, isso aí acaba pressionando os gastos com saúde.

Aqui a educação: nesse momento nós tamos com 23.1% sendo que o mínimo constitucional é 25 e a nossa projeção indica que a gente vá fechar o ano em torno de 27,2% de aplicação de recursos na educação. Lembrando aqui que a gente teve em 2021 a dificuldade, chegamos em 25%, não foi uma dificuldade do Município de Porto Alegre, foi uma dificuldade de mais de mil municípios no País. E foi aprovada pelo Congresso essa Emenda Constitucional nº 119, que obriga a compensação do valor não gasto em 2021 nos exercícios de 2022 e 2023. Esse valor aqui no Município de Porto Alegre corresponde a R\$ 176 milhões, desses R\$ 176 milhões que nós deveríamos compensar em 22 e 23 já foram compensados em 22 R\$ 171 milhões, sobrando outros R\$ 5 milhões que vão ser compensados em 23. Mas a gente vai ficar muito acima disso, como a gente vai ficar em 27.2 a gente vai compensar esses R\$ 5 milhões com folga. Pois não.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Desculpa Secretário, só para eu ir acompanhando a sua apresentação. No MDE está incluído os inativos no cálculo?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Está incluído. A nossa despesa de pessoal, nos oito primeiros meses do ano, está em 41,9%. A gente teve uma determinação recente do Tribunal de Contas do Estado para que a gente incluísse na despesa de pessoal todo gasto com terceirizados que trabalhem em atividades finalísticas. Então a nossa projeção para o final do ano é que a gente chegue em 45,6%, que é um incremento em relação a anos anteriores, mas, em função dessa determinação nova do Tribunal de Contas, a gente teve que fazer essa adaptação e incluir todos os terceirizados da área da Saúde o que vai jogar nossa despesa de pessoal para um patamar um pouco mais alto do que vinha sendo observado nos últimos anos.

Em relação à nossa dívida consolidada, nós temos em Porto Alegre uma situação atípica já há algum tempo que a gente tem mais disponibilidade do que dívida. Nós poderíamos ter até 120% de comprometimento da Receita Corrente Líquida, mas o nosso comprometimento hoje é negativo. A gente tem, como eu disse, uma situação líquida anormal que é ter mais disponibilidade do que dívida. Em relação aos precatórios, sempre a Ver.^a Mari nos pede para trazer uma situação que não necessariamente nós precisaríamos trazer nestas apresentações, ela sempre questiona isso e a gente acabou optando por trazer para todos os nossos balanços aqui. A situação do precatório de Porto Alegre está relativamente gerenciada, a gente iniciou o ano de 2023 com 225 milhões, fizemos alguns pagamentos e os valores não pagos ainda têm atualização monetária e foram incluídos novos precatórios durante o ano. Neste momento, nós temos uma situação de ter dívida de precatórios de 279 milhões aproximadamente.

Quanto ao resultado primário e resultado nominal, a gente tem no resultado primário uma variação muito pequena, quase constante, em relação a 2022, mas nenhum indicativo, nenhuma preocupação em relação a alcançar a meta que

está colocada na LDO. O resultado nominal a gente tem até um pouquinho maior em função desta boa rentabilidade que nós temos tido com a nossas aplicações financeiras.

O resultado previdenciário, o primeiro do nosso regime de repartição simples, a gente tratava, até 2021, de forma extra orçamentária e a partir de 2022 a gente incluiu no Orçamento, foi aprovado aqui pela Câmara no final de 2021 essa alteração legislativa. Então a receita e a despesa tendem a ficar quase que empatadas, aquela diferença ali entre receita e despesa previdenciária é um ajuste que a gente acaba tendo que fazer no final de cada ano, mas o que é relevante aqui é que a variação de um ano para outro é muito baixa. Com a reforma da Previdência, a gente conseguiu estancar o crescimento que vinha dos últimos anos do custo previdenciário para o Município. Aqui também está cortado, mas é o nosso regime capitalizado. No regime capitalizado, temos uma situação que agora tem mais receita. Por que tem mais receita? Primeiro, porque tem entrado novos servidores e os novos servidores se vinculam a esse regime capitalizado e acabam contribuindo para o sistema. Além disso, nós colocamos também a contribuição dos inativos na reforma da Previdência, que acaba ajudando ali naquele número. E, na despesa previdenciária, em decorrência da nossa ressegregação de massas, a gente acaba pagando mais benefícios pelo regime capitalizado do que se pagava até então, porque parte do grupo de pensionistas do Repartição Simples foi deslocada para o grupo capitalizado. E, mesmo assim, temos ainda um *superavit*, um resultado orçamentário bastante positivo. Acho que é de R\$ 417 milhões, não sei, porque está cortado aqui, R\$ 412 milhões, mas é bastante tranquila a situação do plano capitalizado. O plano capitalizado está em equilíbrio, tem o *superavit*. Até isso aqui vamos mostrar um pouquinho mais para frente. Aqui também algumas notícias, já encaminhando para o final, como as finanças estão equilibradas, a gente acabou dando *start* em alguns novos programas dentro do governo, um deles chamamos de Mais Saúde para a população. Mais de R\$ 50 milhões de investimento que acabamos liberando nesse segundo quadrimestre que vai reduzir filas, vai comprar ambulâncias, vai contratar novos serviços. Acho que para o Município é bastante

relevante. No mesmo sentido, lançou-se o programa Mais Cultura, onde R\$ 15,1 milhões estão sendo investidos na cultura e direcionados para projetos artísticos culturais, o que para a cidade também é importante. Acho que a própria Cultura tem nos falado que não tem notícia de ter tido um volume de investimento dessa ordem nos últimos anos. Outra informação relevante que a gente traz é em relação ao nosso plano de previdência. O plano de previdência, o capitalizado superou, nesse último mês, o patamar de R\$ 4 bilhões em reservas administradas. E, como eu coloquei antes, continuamos com um *superavit* de em torno – não consigo ler um número ali, não sei se dá para ver – de duzentos e alguma coisa. Bom, enfim, tem um *superavit* importante ali, R\$ 316 milhões de *superavit* no plano capitalizado, e a rentabilidade dos investimentos está bem acima da meta atuarial, o que também nos dá uma tranquilidade de que a gente está conseguindo retornos importantes que vão acabar financiando a aposentadoria dos nossos servidores mais para frente. Essa informação aqui também é relevante, embora esteja bem prejudicada a leitura, o que diz esse gráfico aqui mostra a receita corrente líquida de todas as capitais brasileiras. Em média, as capitais brasileiras tiveram um crescimento de 1,5%, em 2023, no primeiro semestre, e em Porto Alegre nós tivemos um crescimento de 9,3%. Nós somos a capital que mais cresceu em termos de receita. Pode passar, por favor. Aqui a gente coloca duas questões importantes. Primeiro, nós somos a capital que mais cresceu em termos de receita corrente líquida sem aumentar nenhum imposto, pelo contrário, a gente fez vários movimentos de desoneração. A gente elencou algumas ações que foram realizadas e os retornos delas, o Programa de Mediação Tributária já tem um retorno de mais de R\$ 150 milhões, a cobrança de devedores bateu um novo recorde, a gente acaba sendo sempre referência para o restante do país em relação à cobrança de devedores, e arrecadamos mais de R\$ 140 milhões; o IPTU Digital acabou, obviamente, ajudando nessa marca aqui, porque a receita que foi deslocada de um ano para o outro soma mais de R\$ 124 milhões. E o IPTU Digital, também fazendo um parêntese aqui, além de aumentar, trazer a receita para o ano de 2023, teve uma redução de despesa na ordem de R\$ 7 milhões. Então tudo isso acaba ajudando na

composição desse número e dando um destaque aí para o município de Porto Alegre, em nível nacional. Nós também temos ações de autorregularização que já ocorrem há muito tempo ali dentro da Receita Municipal, então hoje o nosso contribuinte acaba sendo fiscalizado somente após passar por um programa de autorregularização e sendo oportunizada para o contribuinte a autorregularização, o que acaba também empurrando a receita de ISS para um patamar bastante interessante. E a questão que a gente traz aqui também é que SMF hoje, além de trabalhar muito forte a área da receita, foi a Secretaria que fez a maior redução de despesa dentro do Município, a gente acabou cortando uma série de despesas. Se nós pegarmos o nosso orçamento deste ano e compararmos com orçamentos de anos anteriores, a gente vê que realmente todos os contratos foram revisados. A gente pagava mais de R\$ 2 milhões por ano em aluguéis, a gente hoje não paga nada, zeramos a conta de aluguel. A gente acabou revisando o número de estagiários, o número de equipamentos, acabamos doando equipamentos para várias secretarias. Então, vamos dizer assim, o tema de casa está sendo feito nos dois lados, tanto na Receita quanto na despesa. Pode passar, acho que é a última. Então, em síntese, Ver.^a Abigail, seriam essas as informações e a gente fica à disposição para questionamentos.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, mesmo de forma rápida deu para a gente ter um pouco de noção.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Vereadora, eu só tenho outro compromisso agora depois das 11h, eu não sei se tem algum questionamento dessa parte que a senhora queira abordar agora, se não eu vou ter que...

SR. BRUNO BREYER CALDAS: A minha apresentação é relativamente tranquila, mas se quiser fazer questionamentos, não tem problema.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Não, obviamente que foi muito rápido, mas tem várias coisas que eu não entendo. Como esse, por exemplo, 9,3% de

crescimento, que é um baita crescimento, atribui? Você citou aqui aluguel, estagiários, funcionários, é isso que determina essa arrecadação estar acima?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Não, não.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Estarem arrecadando, estarem com um crescimento, digamos, porque arrecadou mais, certo? Alguns você explicou, IPTU digital... Explicou, não, deu um argumento, não é? Não sei se isso explica tudo. Explica?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Queres voltar ali? Porque ali a gente citou alguns na última tela...

SR. BRUNO BREYER CALDAS: Como a minha apresentação é rápida, ela complementa. Eu acho que seria...

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Ah, pode ser que me responda. Porque eu também tenho compromisso, vai ser muito rápido tudo aqui.

SR. BRUNO BREYER CALDAS: O objetivo é até às onze e pouco a gente já estar liberado. Ao longo de 2023, a SMPAE pode adicionar que nós tivemos andamentos significativos em alguns financiamentos para as melhorias de Porto Alegre. Inclusive, está aqui o diretor Urbano Schmitt, que me acompanha, que é o responsável pela captação e pode também tirar eventuais dúvidas, se necessário. O primeiro deles, que é o do Centro+4D, que é o do Banco Mundial com a Agência Francesa de Desenvolvimento, ele está em processo de contratação. Ele já foi, lá em 2021, aprovado pela comissão da união de financiamentos internacionais, o projeto de lei também já foi aprovado pela Câmara, e nós esperamos assinar esse financiamento até o final do ano, início do ano que vem, para fazer reformas de mobilidade e de questões sociais principalmente no Centro de Porto Alegre e no 4º Distrito. São financiamentos

muito importantes, € 129 milhões, dá quase R\$ 1 bilhão, é bastante recurso para nós investirmos ao longo de cinco anos. Em 2023, andou bem, muitas reuniões com o Banco Mundial, e a nossa tendência é conseguir assinar e já começar o financiamento o ano que vem, com o prazo de cinco anos. O BID é um financiamento de sustentabilidade fiscal, um dos principais objetivos é colocar numa trajetória sustentável os precatórios da Prefeitura de Porto Alegre, eles serão renegociados. Também já passou pela união, já teve projeto de lei aprovado pela Câmara, e agora nós estamos em fase final de estruturação da equipe. Esses dois financiamentos, cada um deles um pouco menos de R\$ 1 bilhão, têm como objetivo criar uma estruturação de longo prazo, sustentável, fiscal na Prefeitura de Porto Alegre, no caso do BID, e reestruturar e revitalizar a Prefeitura no caso do Banco Mundial e da Agência Francesa. Já o CAF é um financiamento novo, é um programa de inovação para transformação territorial. Ele ainda está em negociação junto ao Ministério do Planejamento, junto à STN, com o valor de \$ 80 milhões, e o objetivo é revitalizar as áreas de menores IDHs de Porto Alegre. Tem muita drenagem, tem muitas praças, tem muito asfalto e tem também o reassentamento de população. Nós também temos outros quatro em captação, que são o do Novo Banco de Desenvolvimento, que é basicamente de mobilidade e logística, que é de \$ 160 milhões, esse também está com carta-consulta submetida ao governo federal. O objetivo desse POA Inteligente é criar uma cidade inteligente, com ciclovias, com transporte coletivo, com os semáforos mais inteligentes, mais interligados e sincronizados, somando também o cercamento eletrônico de outro financiamento. Outro que está em andamento é o KfW, que essa é a agência alemã de desenvolvimento, que é fortalecimento de macrodrenagem basicamente em três grandes arroios, que é o Guabiroba, o Moinho e o Cavalhada, € 100 milhões. Permanentemente, nós temos uma drenagem que não precisa ser refeita a cada ano o famoso desassoreamento, a gente faz uma macrodrenagem preventiva que tende a ser permanente. Então, são € 100 milhões, que ambos estão em análise pela Cofix e deve ser analisado pelo governo federal, em dezembro de 2023. E nós também temos dois que estão aqui, na Câmara, aguardando lei autorizada, que é o do BRDE, que é o

Túnel Verde, que há 2 mil habitantes que sofrem com constante alagamento, nós precisamos fazer obras de micro e macrodrenagem, são R\$ 45 milhões aprovados já pelo Banco Mundial, já foi aprovado pelo governo federal. Agora, há uma lei autorizada aqui, na Câmara, que nós estamos aguardando para conseguir dar andamento ao Túnel Verde. E também tem um da BRDE, junto à agência francesa de fomento, de ciclovias de R\$ 20 milhões, que também está aqui aguardando a autorização da Câmara para que nós possamos fazer a contratação, e esse estão relativamente bem adiantados todos os projetos. Já em execução – e aí vem muito da parte que a senhora falou dos investimentos – os investimentos pesados da Prefeitura, que são investimentos de financiamentos externos. O que isso quer dizer? A Prefeitura pega recurso de empréstimos junto a bancos internacionais e nacionais e bota uma contrapartida, a gente, em via de regra, bota 10% a 15% do valor, e 85% a 90% é o banco, e aí, então, nós temos muito mais capacidade de fazer investimentos e alterações na cidade. Hoje nós temos vários grandes, mas aqui no eslaide tem dois, que é o do BRDE, que é o famoso sistema São João de distribuição de água, que é por toda Zona Norte de Porto Alegre. Já têm 50% de execução desses R\$ 82 milhões, então, já foi feita a primeira fase, nós estamos, agora, na segunda fase de execução do sistema. Tem mais em torno de R\$ 40 milhões para utilizar, nós esperamos, até o final de 2024, ter vencido boa parte desse financiamento dessas obras. Nós temos financiamento da Caixa em andamento, que é a Ponta do Arado, esse já tem 30% de execução, estamos finalizando a primeira fase da obra, dos R\$ 220 milhões, esse é um pouco mais difícil, porque esse daí requer muito, ao contrário da distribuição de água tratada, áreas para fazer o saneamento, que é o esgoto pluvial e o cloacal. E tem que fazer tudo isso por baixo da terra e é muito difícil fazer essas alterações na Zona Sul e Leste de Porto Alegre, que têm sérios problemas – o DMAE pode explicar – de Porto Alegre, porque a Zona Sul é muito próxima do Guaíba, tem sérios problemas de passar cano, é muito difícil, a Zona Norte é um pouco mais fácil. Por isso que lá a ampliação da macro da Zona Norte/Nordeste andou melhor do que a da Zona Sul. E o [Programa Pró-Moradia](#), que já está em andamento a licitação, R\$

61 milhões, para nós realocarmos 540 moradias de pessoas que estão em risco, nas margens dos diversos arroios, Cavalhada, Icaraí, Nossa Senhora das Graças, Ângelo e a região sul do Município. Então, esses financiamentos, ao longo de 2023, deram uma acelerada, principalmente porque a gente conseguiu vencer etapas que eram difíceis, principalmente de contratação de empresa, no caso da Ponta do Arado e no caso do Sistema São João, que são contratações difíceis de se fazer, muitas vezes as empresas que ganham não conseguem atender o percentual de execução que a gente precisa, e agora a gente tá conseguindo dar vazão a isso.

Então, no penúltimo *slide* são os financiamentos que estão mais próximos de finalização. Nós temos o da Caixa Federal, que é a finalização da Av. Severo Dullius e da Av. Tronco, que já têm 90% executados, e nós esperamos finalizar até o início do ano que vem. E o da CAF, que é o da requalificação do espaço urbano, lazer e mobilidade, que já tem 95% do valor executado, boa parte de recuperação estrutural de pavimentos da SMSURB, o Quadrilátero e a Usina, que todos eles nós esperamos finalizar até o primeiro trimestre de 2024, com uma certa folga nessa projeção. Ou seja, provavelmente antes, ou até o final do primeiro trimestre a gente espera terminar. E em cima tem o do Banco do Brasil, que é um novo financiamento junto ao Banco do Brasil, para continuar a reestruturação de pavimentos, e que agora se faz mais importante ainda, porque as chuvas de setembro realmente machucam muito a estrutura urbana de Porto Alegre.

Aqui, o último *slide*, que é importante, que é o novo financiamento junto ao BNDES, que é o cercamento eletrônico, são R\$ 54 milhões que ajudam, então, o CEIC, que temos atualmente. Nós teremos um novo centro de acompanhamento, que, nesse caso, vai fazer o cercamento eletrônico do Município de Porto Alegre e buscar integrar isso com o cercamento eletrônico também do governo do Estado.

Por último, o PMAT, que já é um financiamento que está em andamento, que é uma parceria também do BNDES, principalmente com a Secretaria da Fazenda e com outras secretarias de área-meio. A Secretaria da Fazenda, então, está

finalizando o Sigef – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, implantando o Sigef para que ele entre em funcionamento no ano que vem. Também nós estamos fazendo o Geoprocessamento Corporativo e a Central do Cidadão, que vai ser assinada agora, espera-se, em outubro, onde serão centralizados todos os atendimentos da Prefeitura de Porto Alegre, finalmente, depois de dois anos de busca de para conseguir contratar. Então as fontes de investimento e de financiamento que o secretário mencionou vêm muito de financiamento, e a contrapartida do Tesouro é o que permite multiplicar esse recurso. Muitas vezes, a gente não tinha R\$ 10 milhões, R\$ 20 milhões para conseguir que o banco nos emprestasse R\$ 100 milhões ou R\$ 200 milhões. E aí, essas contrapartidas permitem que a gente faça todos esses investimentos sem onerar muito o Tesouro, e ainda permitindo que o Tesouro forneça serviços à população, que banco não pode. Não posso pegar dinheiro de um banco para, por exemplo, reduzir a fila de algum atendimento na saúde, mas a gente pode utilizar para investimento, e aí sobra recurso no Tesouro para fazer essas despesas correntes, que a gente mostrou lá, que estão também em crescimento, ano após ano. Então é isso. Muito obrigado, vereadora.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): O Ver. Robaina veio aqui dar quórum para a nossa atividade, mas ele está participando de duas comissões que hoje, em função da chuva, estão nos demandando estarmos em outros compromissos. Enfim, sim, nós queremos terminar logo nós também temos, nós e os outros, compromissos – não é, vereador? –, mas eu acho que a apresentação aqui me suscitou uma série de perguntas que a gente vai ter que processar.

Bosco, queres usar algum comentário? (Manifestação fora do microfone. Inaudível.) Está satisfeito, muito bem.

Eu tenho, sim, várias questões que eu quero ler novamente e processar algumas que a gente já havia anotado. Quando eu te interrompi e disseste que, por exemplo, os inativos estão no cálculo do MDE, como ficaria sem os inativos? Porque a questão dos inativos sempre é um debate para a gente. Como que ficaria? Não tinha ali o cálculo com e sem os inativos.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Os inativos é o seguinte, o entendimento do Município de Porto Alegre hoje e do governo do Estado é que na verdade a gente não paga inativos, o que a gente faz é uma contribuição previdenciária para o Previmpa, e o Previmpa faz o pagamento para os inativos. Existe hoje tramitando no Tribunal de Contas do Estado um pedido de orientação técnica tanto do governo do Estado, e agora o Município foi aceito também como parte desse pedido de orientação técnica, para que o Tribunal de Contas diga se essa contribuição previdenciária pode ser utilizada para o financiamento da educação, contabilizada como parte do MDE ou não. Se resolverem que não pode, que isso está vedado, significa que nós temos que colocar em educação mais R\$ 420 milhões, mais ou menos, por ano. Então, os inativos, ou a contribuição previdenciária dos inativos da educação é em torno de R\$ 420 milhões.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas a previdência está bem capitalizada.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Na verdade, a gente não pode confundir as coisas, significa o seguinte: a previdência a gente vai continuar tratando da mesma forma como é tratada hoje, mas a gente teria que alocar, dentro do orçamento da Prefeitura, R\$ 420 milhões, retirando de outras secretarias e passando para a educação, para compensar esse número.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): O aerolevanteamento que foi feito, vocês vão fazer retroativo... (Ininteligível.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Na verdade, a gente tem hoje as fotos todas da cidade e agora a gente está processando essas informações, e, dependendo do processamento, pode ser que existam lançamentos retroativos ou não existam. Hoje a lei aprovada estabelece que lançamentos acima de 2.000 UFM, que dá aproximadamente R\$ 10.000, são feitos retroativamente.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu tenho dúvidas do planejamento, Bruno, aqui na macrodrenagem, porque setembro apontou outras situações. Então, a gente fica aqui... Você falou em Guabiroba, Moinho e Cavalhada, não é? Aquela situação lá no bairro São José, ela não está colocada em nenhum momento daquela represa, aquele...

SR. BRUNO BREYER CALDAS: Não no financiamento.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Não no financiamento, porque é uma obra cara, por isso eu pergunto também, e ali já tiveram mortes, e não tem previsão nenhuma nas metas, nada? Urbano, por favor.

SR. URBANO SCHMITT: O que nós temos posto realmente, dentro dos limites de financiamento, por exemplo, KfW, que é o banco alemão, ele estabeleceu um limite de US\$ 150 milhões. Então, dentro desse montante, elegeram-se as obras com maior demanda e com maior risco exatamente de vida que tem das áreas. O que coube dentro dessa proposta foram esses três arroios, porque todo financiamento que você faz com banco internacional não é um simples financiamento de determinado ponto, não. Se você usa aquele arroio, por exemplo, nós temos o arroio Moinho, que muitas pessoas já morreram ali, ele tem, além do serviço de drenagem, tem toda a questão do serviço que tem que ser feito de saneamento, de esgoto e também da realocação das famílias, ou seja, você tem que providenciar uma realocação de todas aquelas famílias que moram na região. Por isso que são investimentos muito altos.

Nunca, na história de Porto Alegre, se conseguiu alocar tanto recurso como nós estamos fazendo. Tanto assim que essas três operações, que já estão até aprovadas pela Cofix, se forem assinadas esse ano, ano que vem, elas são uma execução para cinco anos. Quer dizer, isso é um projeto de vários governos, porque uma operação de crédito internacional é muito difícil, totalmente diferente da nacional, que tem um custo extremamente elevado. As internacionais são extremamente econômicas, só que elas têm a dificuldade de sua estruturação.

Então, elas têm a vantagem de serem de cinco anos de execução, mais 20, 25 anos de pagamento. Então, especificamente, respondendo a sua pergunta, os elegíveis foram esses três arroios desse financiamento. E o Túnel Verde, a senhora conhece bem, que é lá da Ponta Grossa, que é aquela operação extremamente importante, vai ajudar muito todos os moradores lá da Ponta Grossa.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Pois não, obrigada. Para indagar – e eu sempre procuro olhar os nossos orçamentos, as nossas metas, muito com recorte de gênero – e vi aqui cultura, com investimento legal, bacana, mas não vi destaque nem do planejamento e nem da fazenda em relação à educação mais relacionado ao déficit de creches, de vagas em creches, também os equipamentos físicos e o atendimento. O Ministério Público nos atenta, Ver. Bosco, para o déficit de mais de 20 mil vagas em Porto Alegre.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Não, mas aqui tem, rapaz, a saúde está muito boa. Parabéns, Fantinel! Está muito bem a saúde financeira do Município, então tem como investir. Eu acho que o Ministério Público mostra, e esse é o trabalho dele. Quem faz a gestão são vocês, o Ministério Público faz o levantamento e nos aponta, porque nós temos cobrado muito do Ministério Público. E esse é o levantamento, e a gente não enxerga, eu não consegui enxergar, pode ser que esteja em alguma rubrica que eu não percebi. Então, eu pergunto em relação a essa questão – que isso é o que nos ajuda, inclusive, para que as mulheres possam estar no mercado de trabalho –, quando a gente vê que muitas empresas estão saindo, e por isso a baixa arrecadação do ICMS – Porto Alegre cada vez mais é uma cidade de serviços –, e a gente não vê no planejamento nada do ponto de vista do desenvolvimento da atração de empresas. Como é que está a relação, por exemplo, com o Ceitec, para que a gente possa também dar conta do desenvolvimento? Então, para mim é um

pouco isso, quer dizer, há uma preocupação com o desenvolvimento, pois essas empresas estão indo embora e a gente está enxergando isso. Como é que Porto Alegre se enxerga na sua identidade? Eu acho que ela perde, ela vem perdendo muito da sua identidade enquanto cidade, mas enfim, no que trata aqui tanto ao planejamento quanto aos recursos que se tem, o que se planeja buscar e dar conta para a cidade quando vê que parte está saindo. Nós vamos nos consolidar como uma cidade de serviços? E aí, como a gente planeja isso para arrecadar? Onde vamos investir para dar conta das necessidades que a sociedade hoje coloca? A última questão que eu queria levantar, como análise, é a matéria que ontem foi divulgada na imprensa sobre a questão das terceirizadas. Aqui você cita as terceirizadas, a relação, eu inclusive estive semana retrasada na Prefeitura, onde nós levamos a nossa opinião sobre os contratos para nós termos a conta vinculada. Como é que ficam as muitas situações nas escolas em que já visitamos, em que a empresa não estava lá presente, não é, Ver. Bosco? Porque estão em greve, porque não receberam salário, porque não receberam vale-transporte, enfim, uma realidade que todos nós conhecemos, então a conta vinculada nos ajudaria a enfrentar isso. Mas, ontem, na matéria de denúncia de corrupção quanto às terceirizadas há uma aposta, e ali afirma na matéria, de que o gasto que o Município acaba tendo com as terceirizadas, para dar conta daquele serviço, é superior ao que se ele mesmo estivesse executando. Como é que tu apresentas isso em relação às terceirizadas? Porque eu sei que é uma aposta de continuar na saúde, na educação, na assistente social, enfim, em todos órgãos da Prefeitura; serviços de limpeza, de alimentação, de vigilância, enfim, é tudo feito por terceirizados, alguns TIs, inclusive.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: São várias perguntas, eu vou responder algumas aqui, algumas a SMPAE nos ajuda. Primeiro, esse movimento de saída de indústrias de grandes centros urbanos não é uma questão só de Porto Alegre...

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Não, Brasil.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Porque acaba que nas cidades que não têm mais terrenos disponíveis, e ficar dentro das cidades para as indústrias também é mais caro, então eles acabam se deslocando pra regiões metropolitanas, em volta das cidades, mas para nós isso não é ruim, não é ruim porque o que a gente acaba perdendo de ICMS, a gente ganha no ISS. Se a gente pegar as notícias dos últimos seis meses, um ano, a quantidade de empresas que estão se instalando no 4º Distrito, e são prestadoras de serviço, porque são da área de tecnologia. O que o Município fez, e até a Câmara aqui aprovou o projeto? A gente criou aquele programa chamado Creative, que reduz o ISS para empresas de tecnologia, isso acabou auxiliando bastante que essas empresas se instalam em Porto Alegre. No último ano, acho que a gente teve instalação de pelo menos três grandes data centers ali; instalação, não, na verdade o anúncio dos investimentos, porque eles estão em construção, de três grandes datacenters no município. Os investimentos de cada um deles é de aproximadamente R\$ 250 milhões, sendo que os investidores já nos informaram que tem previsão de investir, de ampliar esses investimentos, em alguns casos até superando bilhões de reais. Então, para nós esse movimento é inevitável, porque acontece em todos centros urbanos, mas ele não é ruim, porque a gente acaba arrecadando uma parcela expressiva de ISS. O nosso ISS cresce muito bem, e o ISS hoje é o imposto que mais cresce no Brasil, não é só em Porto Alegre, porque cada vez mais a economia migra para uma economia de serviços. Então, nesse sentido, acho que existe obviamente um monitoramento, a gente sabe que com o tempo vai diminuindo a receita de ICM, mas não vai compensando lá na de ISS, não é nada que nos tire o sono, vamos dizer assim. Em relação à questão desse deslocamento de indústrias e possível perda de identidade, eu acho que na verdade é uma migração para uma nova identidade, eu acho que a gente vai virar uma cidade muito muito calçada em serviços e que vai ser uma cidade polo tecnológico, eu não tenho dúvida nenhuma, as próprias empresas de data center estão vindo para cá não é por acaso, porque elas

podiam estar indo para outros lugares e optando por vir para Porto Alegre. Em relação à questão que a senhora colocou das vagas de creche, etc., é em que momento nós estamos agora lá no Município? A gente está elaborando a lei de orçamento de 2024. Então, na verdade, a parte da Fazenda vai até a questão financeira, uma questão mais quantitativa. O que a gente precisa garantir? Que ano que vem a gente gaste os 25%, e dependendo de uma possível decisão do Tribunal de Contas, aí que a gente tenha condições de colocar mais recursos na educação para compensar a contribuição previdenciária ou os inativos. A própria SMED, quando ela for trabalhar junto com a SMPAE, para montar orçamento deles, provavelmente vai alocar parte do orçamento que tem disponível para suprir parte dessas vagas; obviamente acredito eu, aí acho que teria que ouvir mais a SMED do que nós aqui, que somos da área financeira, que é uma missão impossível, suprir toda a quantidade de vagas de um ano para outro, mas existe e está acontecendo um movimento já de ampliação de vagas há bastante tempo, dentro da Prefeitura. Terceira pergunta, sobre as terceirizadas. A questão das terceirizadas, assim, em regra para a Prefeitura sempre sai muito mais barato a gente terceirizar do que a gente fazer contratações próprias. A gente pode até ter um caso específico lá, que tenha sido feita alguma conta ou alguma análise, que isso não tenha se verificado, mas, em regra, é mais barato; é um processo para algumas atividades meio natural também. Então, assim, em regra a gente tem constatado vantagens; além de vantagens até ganhos de eficiência, importante na Saúde, etc., por ter optado por terceirizar algum serviço.

SR. BRUNO BREYER CALDAS: Eu gostaria de adicionar, na questão do planejamento como um todo da cidade, se fores ver todos os financiamentos, eles englobam diferentes áreas da cidade, com objetivo de melhorar o ambiente econômico, mas também o ambiente social; então, tem infraestrutura, tem mobilidade, a questão da inclusão social também, reassentamentos, temos a questão de treinamento das pessoas em áreas vulneráveis, capacitá-las para possam adentrar ao mercado, não ficarem simplesmente dependente do Estado; nós temos melhorias da gestão fiscal de Porto Alegre com novos sistemas. Isso tudo se reflete também nos *rankings*, no qual Porto Alegre está cada vez melhor

posicionada, em muitos deles está entre as melhores cidades para se fazer negócios no Brasil, o que acaba refletindo na arrecadação como um todo. Então, essas medidas estão sendo fortemente tomadas, dentro de um planejamento holístico, que abrange diversas frentes. E aí a gente consegue ver isso, não só na melhora da cidade como um todo, fisicamente na própria orla, nas reformas que a gente faz, como também nos números indicadores da saúde financeira. Era isso, obrigado.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): É isso, todos temos compromissos. Vamos desejar que essa chuva passe logo. Obrigada pela presença; sobre as explicações, tenho divergências, obviamente, sobre as análises aqui apresentadas, mas esse é um outro debate. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h20min.)

TEXTOS SEM REVISÃO